



**A CONTRIBUIÇÃO DE SUZANA PASQUALINI NO DISCURSO SOBRE SI DE
ALBERTO PASQUALINI MEDIANTE O ARQUIVO PESSOAL DE SEU
ESPOSO.**

Augusto César Luiz Britto
Doutorando em História pela UFSM
augusto.britto@ufsm.br

Maria Medianeira Padoin
Docente do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH da UFSM
mmpadoin@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma narrativa, em sua essência, alude à forma de exposição, relato, abordagem e/ou significação de algo. Trata-se do arranjo mediante o qual se configuram e apresentam os fatos, personagens e ideias, almejando transmitir uma mensagem específica. A narrativa pode ser manifestada por meio de distintos meios, como a escrita, a oralidade, os veículos de comunicação tradicionais, as plataformas digitais e outras afins.

Ademais, um arquivo pessoal também é portador de narrativas, entre elas, aquelas que são forjadas pelo seu titular a respeito de si próprio. Diante da impossibilidade de preservar a totalidade dos documentos acumulados e recebidos ao longo de uma vida, o detentor de um arquivo pessoal empreende uma seleção das informações que almeja deixar para a posteridade. Contudo, as narrativas intrínsecas aos arquivos pessoais são suscetíveis a interferências, não somente por parte do produtor documental, mas também ao longo de toda a cadeia de custódia. MacNeil (Meehan, 2018) identifica três instâncias que conformam o "elo custodial" de um acervo: o produtor (custódia pessoal), os custodiadores posteriores e a custódia arquivística.

Alberto Pasqualini, cômico do valor de sua contribuição para a história política nacional, reuniu seus documentos como uma forma de preservar a memória do trabalhismo brasileiro, corrente doutrinária à qual deu substancial aporte, tornando-se notório como seu principal representante. Após seu óbito em 1960, incumbiu-se a sua esposa, Suzana



Thompson Flores Pasqualini, de custodiar seu acervo, o qual foi organizado por ela entre os anos de 1987 e 1993.

Neste ensaio, ao debruçar-se sobre o arquivo pessoal de Alberto Pasqualini, analisaremos a influência de Suzana Pasqualini, custodiadora posterior, na construção da narrativa do próprio titular presente nesse acervo.

A NARRATIVA DE SI DE ALBERTO PASQUALINI EM SEU ARQUIVO PESSOAL SOBRE A INFLUÊNCIA DA CUSTODIADORA ULTERIOR.

Alberto Pasqualini notabilizou-se como o eminente doutrinador do trabalhismo brasileiro, erigindo-se como um ícone de pensamento e de ação política. Seu nascimento, em 1901, na localidade de Ivorá/RS, precedeu sua trajetória acadêmica de brilhantismo, ao laurear-se como aluno exímio na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1929. Dotado de um espírito ardoroso e resiliente em prol da justiça social, abraçou o ativismo ao participar da Revolução de 1930, desempenhando a função de Major Fiscal do 11º Batalhão Provisório João Pessoa, ancorado na metrópole porto-alegrense.

Estando filiado ao Partido Liberal (PL), ele conquistou um mandato como vereador em Porto Alegre, em 1935, fomentando a materialização de seus ideais na seara política. No ápice do Estado Novo, Pasqualini assumiu um cargo no Departamento Administrativo, além de galgar a posição de Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Dotado de notável erudição jurídica, imbuído de uma ética pública inabalável e defensor fervoroso da liberdade de pensamento e expressão, ele se destacava por seus discursos e reflexões impressos nas páginas de jornais, principalmente do Correio do Povo e do Diário de Notícias.

Erguendo-se como um farol ideológico, o magnetismo intelectual de Pasqualini aglutinou seguidores apaixonados de suas concepções, culminando na formação da União Social Brasileira-USB, agremiação política regional que emergiu no alvorecer do processo de redemocratização em 1945, antes de ser assimilada pelo Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, recém-criado. O auge de sua expressão doutrinária desvelou-se na obra "Bases e sugestões para uma política social", publicada em 1948, que se converteria na pedra angular ideológica desse partido.



Apesar de experimentar a amargura da derrota em duas tentativas consecutivas de governar o Rio Grande do Sul - em 1947, frente a Walter Jobim, e em 1954, perante Ildo Meneghetti, ambos representantes do Partido Social Democrático - PSD, Pasqualini trilhou o caminho do Senado da República, em 1950, onde sua atuação incisiva se pautou na defesa das reformas de base e do monopólio estatal na exploração petrolífera que culminou na Petrobrás. Contudo, um duro revés abateu-o em 1956, quando foi acometido por um derrame que, implacável, deixou-o enfermo até o seu falecimento no ano de 1960.

Posteriormente ao óbito de Alberto Pasqualini, sua consorte, Suzana Pasqualini, foi quem herdou o seu acervo. A ela recaiu a incumbência de zelar pela integridade dos documentos, bem como empreender a organização, a partir de 1987¹, ano de sua aposentadoria, visando perpetuar o legado de seu cônjuge.

Os itens documentais presentes no arquivo pessoal de Alberto Pasqualini, concomitantemente aos temas intrínsecos a tais registros e o *modus operandi* empregado na ordenação do acervo, são elucidados no “Sumário” confeccionado por Suzana Pasqualini, intitulada “Vida e Obra de Alberto Pasqualini. No prefácio do referido sumário, evidencia-se como Suzana Pasqualini reconhece o valor primordial conferido ao arquivo na salvaguarda do legado de Alberto Pasqualini, figura de eminência na sociedade da época:

Esta pesquisa revela muita informação nova, pela associação de fragmentos de procedência diversas que, aproximados, formam um conjunto substancial e raro sobre a vida deste homem dotado de uma profunda penetração intelectual e intuitiva de um mundo superior (PASQUALINI, S. s/data, p. 5).

O legado indelével deixado por Alberto Pasqualini, no que tange tanto à sua doutrina ideológica quanto às suas ações proeminente no serviço público, é exaltado por sua esposa como argumento a corroborar sua postura como personagem relevante para o panorama histórico nacional, justificando, por conseguinte, a imprescindibilidade da salvaguarda dos documentos arquivísticos. Em um escopo do sumário, ela destina espaço para a apresentação dos dados biográficos do titular do acervo e uma relação bibliográfica que atesta o arcabouço do pensamento social, político e filosófico de Alberto Pasqualini

¹ Em entrevista realizada pelo autor deste artigo em 2022, Heliana Thompson Flores, cunhada de Suzana Pasqualini, relatou que ela organizou o acervo apenas após a sua aposentadoria, mas sem saber precisar bem os anos em que ela realizou tal ação.



Conforme Suzana Pasqualini (sem data, p.4) enfatiza, em virtude da notável relevância que seu esposo adquiriu no âmbito da esfera pública nacional, o acervo em questão abrange múltiplos valores intrínsecos: “arquivos de caráter histórico, político, literário, o pensamento social-político e filosófico e trajetória de sua vida”. Segunda a mesma (sem data, p. 19), foram meticulosamente organizados dezoito mil documentos arquivísticos, quatro mil volumes literários, vinte e quatro exemplares do Senado Federal correspondentes aos anos de 1953 a 1955, sessenta volumes encadernados da obra “Bases e sugestões para uma política social”, de autoria de Alberto Pasqualini, além de duzentas fotografias abarcando sua vida pessoal e trajetória política.

A exaltação do legado deixado por seu esposo caminhou lado a lado com a trajetória de Suzana Pasqualini ao longo dos anos que compreenderam a década de 1950. Sendo testemunha privilegiada das atividades parlamentares de Alberto Pasqualini no Senado e engajada em sua campanha rumo ao posto de Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1954, ela incansavelmente abraçava a causa do ideal de justiça social, advogando pela aplicação de uma pedagogia instrutiva que promovesse a conscientização dos direitos do povo através dos princípios da doutrina trabalhista. Após o falecimento de Alberto Pasqualini, durante o largo lapso temporal que abarca as décadas de 1960 a 1990, ela dedicou-se à preservação do legado de seu consorte, zelando para que este não fosse relegado ao esquecimento pelas camadas sociais

Apreciar o perfil de Suzana Pasqualini e assimilar suas intenções revela-se uma prerrogativa crucial para compreender o propósito subjacente à construção narrativa concernente a seu esposo, no âmbito da organização do acervo. Destarte, o rol documental de Alberto Pasqualini transcende a mera manifestação autoral, incorporando, igualmente, elementos da "escrita do outro" engendrada por Suzana Pasqualini.

Suzana Pasqualini nasceu no 24 de abril de 1922. Os primeiros apontamentos da presença de Suzana Pasqualini na esfera midiática foram associados exclusivamente ao seu enlace matrimonial com Alberto Pasqualini (O JORNAL, 1950; TRIBUNA DA IMPRENSA, 1951). Nos periódicos que consignaram tal união, enfatizou-se que Suzana Pasqualini descendia de uma respeitável linhagem gaúcha, sendo neta de Thomas Thompson Flores, o Barão de Condeixa e herói da guerra de Canudos, além de filha de Osório Thompson Flores. A celebração matrimonial teve lugar na manhã do trigésimo dia de dezembro de 1950, na 11^a



circunscrição do registro civil, e, posteriormente, a cerimônia religiosa foi solenizada na Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada em Copacabana, Rio de Janeiro/RJ.

Nos primórdios do matrimônio, Suzana Pasqualini era retratada nos meios noticiosos com o simples epíteto de "esposa de Alberto Pasqualini". Na publicação da revista *Manchete* (1954), um relato memorialístico nos transporta à época em que Alberto Pasqualini conheceu sua futura esposa quando ela trabalhava no Banco da Província, no Rio de Janeiro. Nessa tecitura, Suzana Pasqualini encarregava-se do acerto financeiro dos cheques dele provenientes de Porto Alegre/RS.

Uma exceção ocorreu quando Suzana Pasqualini foi agraciada com uma homenagem que teve lugar nos prestigiosos salões do renomado restaurante Renner, em Porto Alegre/RS materializada na forma de um chá organizado pelas damas da alta sociedade porto-alegrense, por ocasião de seu retorno ao Rio Grande do Sul. As organizadoras almejavam que o evento, à semelhança de um certame popular, cativasse a participação do refinado "mundo feminino metropolitano" (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954). Convém recordar, entretanto, que esse retorno a Porto Alegre se deu em decorrência da candidatura de Alberto Pasqualini, na época Senador da República e residente no Rio de Janeiro, ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o chá em honra a Suzana Pasqualini se insere num ambiente permeado pelas aspirações ainda preponderantes de seu esposo.

A imagem de Suzana Pasqualini, tal como retratada nos periódicos, sofreu uma transformação significativa após o infortúnio de Alberto Pasqualini, vitimado por um acidente vascular cerebral nas vésperas do réveillon de 1956 (WOLF, 1959). A partir desse episódio, ela transcendeu a condição unitária de esposa que acompanhava o marido em sua luta ideológica, tornando-se também sua representante.

Em novembro de 1958, por exemplo, foi lançada uma nova edição da obra "Bases e sugestões para uma política social", de autoria de Alberto Pasqualini, na livraria São José, em Porto Alegre, em cerimônia prestigiada por Leonel Brizola e Fernando Ferrari (*DIÁRIO CARIOCA*, 1958; *JORNAL DO BRASIL*, 1958; *JORNAL DO DIA - RS*, 1958). Essa publicação marcou o início de uma série composta por três obras dedicadas à política social, todas voltadas à arrecadação de fundos para o tratamento médico de Alberto Pasqualini. Nesse momento, Suzana Pasqualini fez questão de estar presente para prestigiar o evento e autografar os exemplares, uma vez que seu esposo não pôde comparecer.



Na publicação consignada no Diário da Tarde (1959), Suzana Pasqualini desvela sua contribuição na edificação do acervo, ao descrever sua presença constante nas rotinas de seu nobre esposo:

Como acompanhei a feitura desse livro e como sempre servi de secretária ao meu marido, posso afirmar que se trata de uma obra de doutrinação trabalhista que apresenta soluções de caráter social (DIÁRIO DA TARDE, 1959, p.02).

Suzana Pasqualini, ao ser dotada de uma compreensão íntima do contexto de produção documental do esposo, organiza o acervo ao final da década de 1980. Esse conhecimento influenciou diretamente a sua intenção de preservar o legado de Alberto Pasqualini, e, por conseguinte, refletiu nos elementos empregados em seu discurso no acervo a respeito dele.

Um episódio amplamente noticiado destaca-se no cenário, trata-se do embate legal envolvendo o casal e o cidadão irlandês Samuel Simpson, que almejava reaver a posse da cadela chamada "Karen", da raça Daschmud (Basset) (MAXWELL, 1958; DIÁRIO CARIOCA, 1959; JÓIA: REVISTA FEMININA QUINZENAL, 1959). Segundo alegações, Samuel teria confiado a custódia do animal a D. Maria, esposa de Paulo Fróis da Cruz, Diretor do Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura, quando necessitou partir à Europa para tratar de assuntos relacionados à saúde de sua esposa, visto que a cadela não poderia acompanhá-lo devido às restrições de quarentena. No entanto, D. Maria presenteia a cadela ao casal Pasqualini.

Ao retornar ao Brasil, Samuel Simpson, ao ter conhecimento de que o animal estava sob os cuidados do casal Pasqualini, intentou uma ação judicial buscando indenização no valor de CR\$ 100 mil cruzeiros, apresentando documentos que comprovavam sua condição de proprietário de "Karen". O pleiteante alegava ter sido alvo de ameaças de envenenamento por parte de Suzana Pasqualini, caso o animal fosse retirado de seus cuidados mediante decisão judicial. Em contrapartida, Suzana Pasqualini reportou anteriormente que Samuel havia tentado chantageá-los, requerendo uma indenização no valor de CR\$ 50 mil cruzeiros, proposta que foi prontamente rejeitada. Além disso, o apartamento do casal no Rio de Janeiro fora alvo de invasões perpetradas por indivíduos que tentavam sequestrar a cadela, chegando, inclusive, a agredir funcionários do edifício. Samuel argumentou adicionalmente que não



poderia ter doado "Karen" a Suzana Pasqualini, tendo em vista que Alberto Pasqualini encontrava-se "impossibilitado, enquanto marido, de autorizar tal gesto".

Durante o desenrolar do processo, Moacir Carneiro, um terceiro interessado na posse da cadela, também requereu sua guarda. Em meio às contendas legais, Suzana Pasqualini suplicava que o julgamento considerasse a dimensão humana pela qual ela e seu esposo estavam passando, alegando que a cadela era a única fonte de felicidade que o casal desfrutara nos últimos anos.

O juiz Bezerra Câmara, responsável pela 7ª vara, julgou improcedentes as demandas, e o casal Pasqualini obteve a vitória na contenda. Os jornais que acompanharam o caso envolvendo a cadela "Karen" retrataram Suzana Pasqualini como alguém de raras manifestações emocionais. Apenas em raros momentos ela se permitia demonstrar suas emoções, especialmente quando evocava a relação afetiva entre o canino e Alberto Pasqualini, o que ressalta, mais uma vez, a imagem de devoção que ela desejava transmitir ao público.

Ademais, Suzana Pasqualini assumiu a representação de Alberto Pasqualini em questões políticas. Em fevereiro de 1959, por exemplo, ela enviou um radiograma a João Caruso, em nome de seu esposo, parabenizando-o por sua posse como Secretário do Interior e da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (DIÁRIO DE NOTÍCIAS - RS, 1959). Nessa mensagem, ela exaltou a confiança depositada nos ideais trabalhistas que seriam implementados em sua gestão.

No mesmo ano, no contexto das tratativas envolvendo a candidatura de Fernando Ferrari à Vice-Presidência do país pelo Partido Democrata Cristão - PDC, embora oficialmente ainda filiado ao PTB, Suzana Pasqualini desautorizou o uso do nome de seu esposo como apoiador dessas movimentações (DIÁRIO DO PARANÁ, 1959). Segundo relatos, ela enviou uma carta em 30 de outubro de 1959 a João Caruso, Vice-Presidente do PTB, que foi publicada no Diário do Paraná em 7 de novembro do mesmo ano:

Tomei conhecimento, através dos jornais e de informações de amigos, de que o nome de meu esposo, Alberto Pasqualini, vem sendo indevidamente usado nessa Capital e em algumas cidades do interior, como Santa Maria, Passo Fundo e outras, em apoio de grupos ou candidatos dissidentes e contrários do PTB. Julgo de meu dever, diante de tal procedimento, dirigir-me ao digno amigo para informá-lo de que ninguém está autorizado a falar em nome de meu esposo ou usar-lhe o nome em benefícios de candidatos adversários ao Partido a que pertence e que teve a honra de representar no Senado da República. Não fosse o impedimento que o mantém retido ao



leito, meu esposo estaria, nesta hora, em nosso Rio Grande lutando pela vitória dos candidatos escolhidos pelas convenções do Partido. Meu esposo estaria, como sempre esteve, ao lado dos amigos e companheiros e não emprestaria seu nome para condenáveis explorações dessa natureza (DIÁRIO DO PARANÁ, 1959, p.3).

A salvaguarda da imagem pública cuidadosamente erigida por Alberto Pasqualini ao longo de sua trajetória política, por conseguinte, constituiu-se como uma das primordiais preocupações de Suzana Pasqualini. Tal zelo manteve-se incólume mesmo após o óbito de seu esposo em 1960.

A atenção diligente dispensada por Suzana Pasqualini a Alberto Pasqualini no auge de sua enfermidade também figurou como tema de relevância. A continuidade desse cuidado refletia o compromisso que ela nutria em relação a seu consorte, ou seja, a incumbência de salvaguardar e representar suas ideias e legado. Na edição de setembro de 1959 da revista *Manchete*, um artigo sob o sugestivo título de "Um anjo protege Pasqualini" (WOLF, 1959) ganhava destaque.

Nesta matéria, Suzana Pasqualini relata o cotidiano que passou a adotar desde o primeiro revés sofrido por Alberto Pasqualini no réveillon de 1956, quando fora acometido por um derrame cerebral. Durante os primeiros seis meses de sua debilitante aflição, Alberto Pasqualini permaneceu hospitalizado, e, em sequência, no ambiente doméstico, ela restringiu sua saída a fim de prover os cuidados indispensáveis. Ao longo do ano de 1959, Alberto Pasqualini foi progressivamente privado da faculdade da fala e da audição, já não mais reconhecendo o entorno que o cercava, alimentando-se somente por meio de sondas. A despeito de tais adversidades, contudo, Suzana Pasqualini perseverou a tarefa de prover a assistência a Alberto Pasqualini, como explicitamente realçado na mencionada matéria revista:

O grande coração de mulher que havia na antiga bancária revelou-se, contudo, traduzido seu amor numa coragem estupenda e numa resistência ao sofrimento que só pertence às mulheres apaixonadas (WOLF, 1959, p. 95).

Tendo em consideração a inatividade parlamentar de Alberto Pasqualini, decorrente de sua obrigatória licença, o casal Pasqualini viu-se diante de adversidades financeiras. O estipêndio proveniente do Senado Federal, constituindo-se como única fonte de renda do casal, sofreu uma drástica redução pela metade, decrescendo de CR\$ 36 mil para CR\$ 18 mil



cruzeiros. Entre os ônus que recaíam sobre seus ombros, encontrava-se o pagamento do apartamento, cujo financiamento era provido pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado - IPASE, totalizando o montante de CR\$ 600 mil cruzeiros. Em um ato de solidariedade partidária, Anníbal Di Prímio Beck, enquanto suplente de Alberto Pasqualini, assumiu sua vaga no Senado Federal, destinando a própria remuneração em prol do casal Pasqualini. Posteriormente, foi pleiteada uma pensão no valor de CR\$ 40 mil cruzeiros para Suzana Pasqualini, a qual só foi efetivada mediante a aprovação do Projeto de Lei nº 2.220/1960 pela Câmara dos Deputados Federais, em vinte e nove de janeiro de 1963. De igual modo, o médico neurologista Ângelo Jordão, inicialmente esteve a cobrar uma módica quantia por seus serviços médicos de assistência, posteriormente passou a oferecer seus préstimos de maneira gratuita.

Suzana Pasqualini, além disso, relata que a política constituía sua única adversária no seio do matrimônio, mas não supria ódio em relação a tal instância. Nos derradeiros anos, descreve um estado de existência destituído de espaço para tristezas ou alegrias, unicamente permeado por um processo de resignificação. Ela conclui seus pensamentos com a seguinte sentença: " Às vezes, olhando Alberto, peço a Deus que ele esteja incapaz de pensar, para não sofrer " (WOLF, 1959).

No falecimento de Alberto Pasqualini, a figura de uma mulher devotada ao seu esposo foi perpetuada através de uma imagem publicada no periódico "Última Hora", datado de 04/06/1960, retratando Suzana Pasqualini em fervorosa oração, o olhar perdido, sobre o caixão que acolhia o corpo do ex-Senador da República. Tal representação configurava seu derradeiro ato enquanto representante dos interesses de Alberto Pasqualini, dando ensejo ao início de uma nova etapa. Suzana Pasqualini assumiria a incumbência de perpetuar as ideias e o legado de Alberto Pasqualini, mesmo diante da ausência física do líder trabalhista, mediante uma série de intervenções esporádicas no cenário público.

A primeira aparição documentada que versa sobre a participação de Suzana Pasqualini reside na ocasião em que ela assumiu a incumbência de representar seu falecido esposo, Alberto Pasqualini, que fora escolhido como patrono dos formandos da turma de 1960 do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB (O SEMANÁRIO, 1961). Nesse momento solene, proferiu um discurso em agradecimento à homenagem, ratificando a harmonia entre suas convicções políticas e a doutrina trabalhista preconizada pelo instituto.



No ano de 1961, a nomeação de Suzana Pasqualini para o cargo de Tesoureira Auxiliar, CC-6, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (BRASIL, 1961) foi devidamente registrada. Ao término desse mesmo ano, recebeu um convite para ocupar a posição de Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, André Franco Montoro, sob o intermédio de Paulo Lacerda (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961). Conforme informado pelo periódico A Noite (1962), é factível supor que tenha assumido suas funções em vinte e um de fevereiro de 1962.

Entretanto, o destaque máximo de Suzana Pasqualini nas páginas jornalísticas surgiu durante o processo de estruturação do Partido Democrático Brasileiro - PDT, entre os anos de 1977 e 1981. O primeiro registro encontrado sobre sua participação diz respeito à aglutinação de figuras políticas no Centro Cívico Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, concebido como uma das pedras angulares de uma futura agremiação partidária trabalhista, sobretudo considerando o advento do fim do bipartidarismo que caracterizou o período militar (JORNAL DO BRASIL, 1977).

A efetiva concretização do projeto de fundação e estruturação do PDT ocorreu dois anos após essa etapa preliminar. Inicialmente, almejava-se a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro, com Leonel Brizola à frente, porém tal desiderato foi obstado pelos interesses do grupo que apoiava Ivete Vargas, que obteve a titularidade da mencionada legenda.

No mês de dezembro de 1979, ainda no intuito de refundar o PTB, foram selecionados os nomes destinados a compor a Comissão Executiva Nacional do partido, em conformidade com as diretrizes da nova lei orgânica dos partidos políticos (BRASIL, 1979). No dia treze desse mesmo mês, Suzana Pasqualini e Francisco Julião, ex-deputado federal e fundador das Ligas Camponesas, foram anunciados como os principais membros dentre os onze que comporiam a Comissão Provisória (DIÁRIO DE NATAL, 1979). Suas respectivas assinaturas, especialmente a de Suzana Pasqualini na qualidade de viúva de Alberto Pasqualini, foram calorosamente aclamadas pelos presentes (JORNAL DA REPÚBLICA, 1979). Em dezoito do mencionado mês, Leonel Brizola proclamou a formação definitiva da Comissão Provisória do partido durante uma reunião realizada no Hotel Everest, no Rio de Janeiro, na qual Suzana Pasqualini estava presente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1979).



No início do ano de 1980, desponta nos registros a presença de Suzana Pasqualini como alegada representante das mulheres brasileiras no seio do partido (O CRUZEIRO, 1980). Em fevereiro, por sua vez, é anunciada como detentora do cargo de Secretária dos Direitos Humanos, tendo a responsabilidade de abranger os direitos da mulher, da criança, dos civis e dos prisioneiros políticos no âmbito do PTB (CORREIO BRAZILIENSE, 1980; DIÁRIO DE NATAL, 1980).

No dia 26 de maio, registra-se a realização de uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa, localizada no Rio de Janeiro, com o propósito de estabelecer os fundamentos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), uma vez que a ala liderada por Leonel Brizola se viu derrotada no confronto jurídico contra a facção de Ivete Vargas no que tange à tutela do PTB. A partir desse ponto, Suzana Pasqualini é mencionada como uma das integrantes da Comissão Executiva Nacional do referido partido. No ano de 1981, é designada como um dos sete "vice-presidentes", os denominados "notáveis", da Comissão Executiva Nacional do PDT (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1981). A legislação preconizava a nomeação de treze indivíduos para compor os órgãos partidários, contudo, a fim de atender aos diversos matizes existentes no interior da nova agremiação, optou-se por selecionar vinte nomes com essa finalidade. Após esse período, não foram encontrados novos registros acerca do engajamento político de Suzana Pasqualini.

Instaura-se, então, um questionamento acerca da efetiva atuação de Suzana Pasqualini no seio do PDT, indagando-se se ela desempenhava um papel ativo ou se simplesmente emprestava seu nome como representação de seu falecido esposo. Heliana Thompson Flores (2022) rememora o momento em que o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo convocou Suzana Pasqualini para uma reunião, visando obter o seu apoio em uma decisão governamental. No entanto, quando indagada sobre a natureza específica dessa ação governamental, Suzana Pasqualini optou por não fazer quaisquer comentários. Além desses episódios e da fundação do PDT, a cunhada de Suzana Pasqualini afirma que ela jamais desejava voltar a se envolver com a política. Quanto à personalidade de Suzana Pasqualini, Heliana Thompson Flores expressa que ela se caracterizava por ser uma pessoa reservada, discreta, cortês, culta e que não possuía um círculo amplo de amizades.

Suzana Pasqualini aposentou-se pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social no dia 5 de abril de 1989 (BRASIL, 1989) e veio a falecer no dia 15 de fevereiro de 1993 (JORNAL DO BRASIL, 1993), no Rio de Janeiro/RJ. Mesmo em



sua morte, o adjetivo "viúva de Alberto Pasqualini" foi utilizado como um meio de reconhecimento e identificação.

Percebe-se que as primeiras reportagens publicadas em revistas e jornais sobre Suzana Pasqualini priorizaram a apresentação de adjetivos que a enaltecessem enquanto mulher, tais como elegante, simpática, bem-vestida, apaixonada, entre outros, ao invés de se concentrarem no cerne da notícia ou de descreverem características de sua personalidade que não estivessem ligadas aos estereótipos comuns relativos às mulheres na década de 1950.

A inquietação que dominava o espírito de Suzana Pasqualini, na busca por assegurar a perenidade da memória de seu esposo através de seu arquivo pessoal, transcendia a mera organização dos documentos, pois o cerne da questão, residia a definição do local onde o acervo seria preservado e em quem recairia a responsabilidade sobre ele. Coube a Prefeitura Municipal de Ivorá/RS assumir o papel de instituição arquivística incumbida de custodiar, preservar e proporcionar acesso às informações ali contidas. Nesse contexto, a Prefeitura de Ivorá se estabeleceu como o derradeiro elo na cadeia de custódia desse acervo.

Em um primeiro momento, os acervos arquivístico, biblioteconômico e museológico foram cedidos ao Estado do Rio Grande do Sul, mediante a assinatura de um Protocolo de Intenções em 2 de abril de 1990, selado entre Suzana Pasqualini, Pedro Simon, Governador do Estado, e Carlos Jorge Appel, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul. Em 1991, Suzana Pasqualini contratou os serviços da renomada empresa "Walter A. Cunha Livraria" para realizar uma avaliação minuciosa do acervo de seu saudoso esposo, que foi estimado em 185 mil dólares americanos. Finalmente, em 1999, decorridos seis anos desde o falecimento de Suzana Pasqualini, a Prefeitura de Ivorá oficializou a acolhida do referido acervo, por meio da lei municipal nº 409/1999.

A doação do acervo ao município de Ivorá veio à luz graças às ações empreendidas pelo Sr. Irineo Mariotti, o primeiro Prefeito da cidade (1988-1991). Sua administração primava por forjar e consolidar uma identidade local, tendo como fundamento a figura histórica de notável destaque representada pelo Senador Alberto Pasqualini. Tanto a trajetória política do homenageado quanto sua concepção doutrinária trabalhista seriam exaltadas, almejando instilar na comunidade local uma consciência acerca da relevância desse eminente personagem político.

Com o intuito de materializar tais propósitos, a Prefeitura Municipal instituiu a Comissão Pró-Resgate da Memória de Alberto Pasqualini. Ao proclamar que Senador da



República era "o mais legítimo patrimônio de Ivorá", o Prefeito Mariotti zelou para que essa Comissão congregasse representantes de todas as agremiações políticas detentoras de assento na Câmara de Vereadores. Dentre as iniciativas promovidas pela Comissão, destaca-se a realização da I Semana Cultural de Ivorá, ocorrida de 22 a 28 de setembro de 1991, cujo tema central girava em torno do "O resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini".

A visita de Suzana Pasqualini à mencionada localidade revestiu-se de especial importância durante os eventos da Semana Cultural. Previamente, o Prefeito Mariotti deslocou-se pessoalmente ao Rio de Janeiro para encontrar-se com a viúva, elucidando as razões pelas quais o acervo de Alberto Pasqualini deveria ser destinado à guarda da Prefeitura Municipal de Ivorá. Foi justamente nesse encontro que o diligente Prefeito logrou convencê-la a participar do evento realizado em Ivorá, o que, de fato, revelou-se como fator decisivo para que ela assentisse à nobre doação.

CONCLUSÃO

A cadeia de custódia de um arquivo pessoal constitui-se como um dos elementos preponderantes que impregnam de significado a narrativa intrínseca ao acervo em relação ao seu titular. Impõe-se a necessidade de apreendê-la em consonância com o contexto de sua produção, de modo a tornarem-se mais claras as intenções biográficas daquele que acumulou os documentos. Dessa forma, a narrativa de si torna-se inteligível aos pesquisadores. As motivações de Alberto Pasqualini que o levaram a preservar seus documentos são exemplares de como a primeira instância da cadeia de custódia, o produtor, exerce influência sobre a imagem que se deseja perenizar. Ao longo dos anos e dos cargos públicos e políticos que ocupou, ele adquiriu a consciência da relevância histórica de seus documentos, conservando-os como forma de eternizar a memória do trabalhismo brasileiro.

A segunda instância da cadeia de custódia, o custodiador subsequente, no acervo aqui apresentado, recaiu sobre sua esposa, Suzana Pasqualini, que herdou o arquivo pessoal após o falecimento de seu esposo. Durante sua vida, ela empreendeu esforços para que o legado de Alberto Pasqualini não fosse esquecido, seja representando-o em homenagens póstumas ou no âmbito da fundação do Partido Democrático Brasileiro - PDT. Tal desiderato culminou na organização do acervo do esposo, após sua própria aposentadoria, insculpindo na narrativa sobre Alberto Pasqualini os elementos da "escrita do outro".



O arquivo apresentado neste ensaio exemplifica como a cadeia de custódia pode interferir na visão que os envolvidos têm do titular do acervo e como isso é refletido no discurso e/ou imagem dele. A compreensão de qual período de sua vida recebeu maior destaque no arquivo, como os documentos foram organizados ou mesmo as lacunas existentes auxilia na compreensão por parte dos estudiosos de personalidades.

Assim como qualquer outra forma de documentação, os arquivos pessoais são permeados de intencionalidades durante sua composição e manutenção. Cabe aos historiadores e demais pesquisadores compreender a lógica que justifica os discursos acerca de determinadas pessoas, épocas e lugares, não cabendo a eles julgarem a veracidade dos fatos, mas sim compreender as nuances que delineiam tais discursos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: **História, debates e tendências**. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, p. 636-658, 2019.

ANGELI, D. **O candidato do povo**: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, p. 343, 2020.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, 1998.

FOUCAULT, Michael. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MEEHAN, J. Novas considerações sobre a ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L; NEDEL, L (Org). **Pensar os arquivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Pasqualini – personalidade do eminente político. **Diário da Tarde**. Curitiba, ano 60, n. 20919, p. 02, 10 de janeiro de 1959.

PASQUALINI, Suzana. **Vida e Obra de Alberto Pasqualini**. Rio de Janeiro: s/d.

ENTREVISTAS



THOMPSON FLORES, Heliana. Entrevista. [out, 2022] Entrevista concedida a Augusto Britto. Santa Maria, 2022.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL

BRASIL. Portaria nº 2127, de 05 de abril de 1989. Concede aposentadoria a Suzana Thompson Flores Pasqualini. Diário Oficial da União, DF, seção II, p. 1813, 07 de abril de 1989.

BRASIL. Portaria nº 83, de 12 de abril de 1961. Nome servidores para exercerem o cargo de Tesoureiro Auxiliar, CC-6. Diário Oficial da União, DF, seção I, parte II, ano 03, n. 86, 17 de abril de 1961.

Casa-se hoje o Senador Alberto Pasqualini. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 9411, p. 03, 30 de dezembro de 1950;

Centro Getúlio Vargas poderá ser alicerce do partido trabalhista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 87, n. 243, p. 5, 07 de dezembro de 1977.

Colunão gente. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 2593, p. 04, 09 de novembro de 1961;

D. Suzana Pasqualini agradece a Caruso. **Diário de Notícias (RS)**. Porto Alegre, ano 34, n. 294, p. 03, 17 de fevereiro de 1959.

Dona Suzana Thompson Flores Pasqualini. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, ano 30, n.134 , p. 6, 13 de agosto de 1954.

E dos negros? E dos estudantes? **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 01, n. 11, p. 45, janeiro de 1980.

Esposa de Pasqualini não quer que dissidentes do PTB usem o nome do marido. **Diário do Paraná**. Curitiba, ano 05, n. 1399, p. 03, 07 de novembro de 1959;

Flagrante do casamento de Alberto Pasqualini com Suzana Thompson Flores Pasqualini. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 03, n. 310, p. 10, 02 de janeiro de 1951;

Indicação de líder para a Câmara agita PTB em março. **Correio Braziliense**. Brasília, ano 20, nº 6225, p. 04, 24 de fevereiro de 1980;

Karim é mesmo de Dona Susana. **Joia: Revista Feminina Quinzenal**. Rio de Janeiro, ano 02, n. 39, p. 62, 30 de junho de 1959;

MAXWELL, L. Uma cadela “bem” late na justiça. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, ano 57, n. 18, p. 27-29, 03 de maio de 1958;



Nota de falecimento de Suzanna Thompson Flores Pasqualini. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 102, n. 314, p. 20, 16 de fevereiro de 1993.

O entreguismo e um marginal do regime democrático. **O Semanário**. Rio de Janeiro, ano 06, n. 243, p. 14, 01 de janeiro de 1961.

Para decidir lideranças, O PTB reúne-se em março. **Diário de Natal**. Natal, ano 60, n. 10964, p. 10, 26 de fevereiro de 1980.

Pasqualini – personalidade do eminente político. **Diário da Tarde**. Curitiba, ano 60, n. 20919, p. 02, 10 de janeiro de 1959.

Pasqualini: morre expoente do Trabalhismo. **Última Hora**. Rio de Janeiro, ano 09, n. 369, p. 01, quatro de junho de 1960.

PTB já tem sua comissão provisória. **Diário de Natal**. Natal, ano 40, n. 10913, p. 01, 14 de dezembro de 1979.

PTB: novas adesões, euforia e comício. **Jornal da República**. São Paulo, ano 01, n. 94, p. 02, 14 de dezembro de 1979.

Sentença de juiz dá cadela a Pasqualini. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 9492, p. 12, 23 de junho de 1959;

Viúva Pasqualini no MTPS. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano 51, n. 15965, p. 09, 21 de fevereiro de 1962.

WOLF, A. Um anjo guarda Pasqualini. **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 387, p. 93 e 95, 19 de setembro de 1959.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

IVORÁ. Lei municipal nº 409/1999. **Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação o Acervo Bibliográfico e Mobiliário do Senador Alberto Pasqualini e dá outras providências**. Ivorá/RS, 09 de fevereiro de 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Protocolo de Intenções de 02 de abril de 1990. Termo que firmam o Estado do Rio Grande do Sul e Suzana Pasqualini. **Conselho de Desenvolvimento Cultural/RS**. Porto Alegre/RS, 1990.